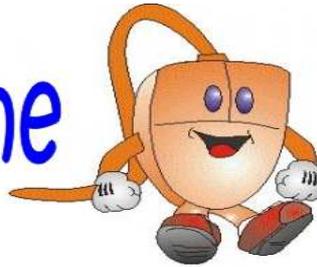


Notícias on line



Defensoria da Bahia elegeu novos conselheiros – (site Defensoria)

Depois de nove horas de votação os defensores públicos da Bahia escolheram os três novos conselheiros eleitos, conforme previsto na Lei Orgânica da Defensoria Pública. Tomarão posse no Conselho Superior da instituição para um mandato de dois anos Ricardo Cláudio Carillo Sá (131 votos), Fabiana Almeida Miranda (111 votos) e Néelson Alves de Sant'Anna Filho (96 votos), como titulares, e Iasnaia Silva Ribeiro (77 votos), Josenilda Alves Ferreira (74 votos) e Walmary Dias Pimentel. A posse está prevista para o dia 19 de maio.

Corregedoria divulga datas para correções na capital e interior – (site Defensoria)

Com o objetivo de verificar a infraestrutura oferecida aos defensores públicos nos seus locais de atendimento e a qualidade do serviço prestado à população, a Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE) vai iniciar as correções ordinárias em sua sede e regionais a partir do próximo mês de maio. As visitas às unidades de trabalho acontecem no período de 07/05 a 12/06, no interior; e 26/05 a 30/06 na capital.

Ministério da Justiça convida Defensoria a promover conferência livre – (site Defensoria)

A Defensoria Pública da Bahia foi convidada pelo Ministério da Justiça - MJ para realizar uma conferência livre sobre Segurança Pública, com vistas ao encaminhamento de princípios de diretrizes para a I Conferência Nacional de Segurança Pública, que acontecerá em Brasília de 27 a 30 de agosto deste ano. O convite foi apresentado à defensora geral, Tereza Cristina Almeida Ferreira, pela assessora de Projetos Especiais do Sistema de Justiça e Mulheres do MJ, Clarissa Rihl Jokowski na manhã de hoje, em reunião na sede da Defensoria, em Salvador.

STJ tem nova súmula sobre abusividade das cláusulas nos contratos bancários- (site Esdep)

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou a súmula 381, que trata de contratos bancários. O projeto foi apresentado pelo ministro Fernando Gonçalves e tem o seguinte texto: Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas. Com ela, fica definido que um suposto abuso em contratos bancários deve ser demonstrado cabalmente, não sendo possível que o julgador reconheça a irregularidade por iniciativa própria.

Controle social das Defensorias Públicas - Artigo de Willian Fernandes e Maria Tereza Sadek- (site Esdep)

São graves os riscos decorrentes do projeto de lei em debate, de autoria do Executivo, com contribuição das Defensorias Públicas. Está sendo debatido na Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 28/07, que garante às Defensorias Públicas do Brasil maior autonomia em relação ao Poder Executivo. No geral, o projeto traduz ganhos institucionais. O exame de alguns aspectos, contudo, evidencia a configuração de um verdadeiro retrocesso em relação às conquistas obtidas pela sociedade paulista.

Paternidade socioafetiva não pode ser reconhecida se há intenção de manter também filiação biológica –(site Esdep)

A 8ª Turma Cível do TJRS decidiu, de forma unânime, pela impossibilidade jurídica de reconhecimento de paternidade socioafetiva com manutenção no registro de nascimento da filiação biológica. Para os Desembargadores, trata-se de pedido juridicamente impossível, pois ninguém pode ser filho de dois pais. Para o reconhecimento socioafetivo seria necessária a desconstituição da paternidade registral, o que não era desejo do autor da ação.

Outras informações através do link no site www.defensoria.ba.gov.br